

**PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA
(ESG): ESTUDO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS**

MARIA ALEXSANDRA VIEIRA DE ARAÚJO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

FRANCIVALDO DOS SANTOS NASCIMENTO
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (UNINOVE)

JACKSON SILVIO MATIAS PEREIRA

PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA (ESG): ESTUDO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

1. Introdução

A sociedade contemporânea enfrenta uma nova era de desafios sociais, ambientais e éticos, que exigem um compromisso das organizações com a sustentabilidade e a responsabilidade social (Costa; Ferezim, 2021). Nessa perspectiva, o conceito de ESG (*Environmental, Social, Governance*), ao agregar práticas ambientais, sociais e de governança corporativa, emerge como uma resposta crucial para atender às expectativas da sociedade atual e garantir a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, bem como para o desenvolvimento de relações empresariais mais éticas (Escrig-olmedo *et al.*, 2019).

As ações ambientais realizadas pelas cooperativas, como o uso de energias renováveis, o manejo adequado dos resíduos e a proteção da biodiversidade, são reflexos do compromisso dessas organizações com a preservação dos recursos naturais (Escrig-olmedo *et al.*, 2019). Além disso, a promoção da igualdade de gênero, o investimento em educação e saúde, e a geração de empregos evidenciam o impacto positivo das cooperativas no meio social (ICA, 2015; Magalhães *et al.*, 2025). As práticas de governança, fundamentadas nos princípios de transparência, equidade e prestação de contas, são essenciais para garantir uma gestão eficiente e ética das cooperativas, o que fortalece sua capacidade de gerar impacto positivo (IBGC, 2015; Aguilera *et al.*, 2007).

Magalhães *et al.*, (2025) em estudo recente destacaram que o conceito de ESG aplicado ao cooperativismo podem transformar as cooperativas em organizações mais sustentáveis, com destaque para benefícios como maior transparência, fortalecimentos dos laços de confiança com os skaholders, e como desafio a resistência cultural, limitações de recursos financeiros. Irigaray e Stocker (2022) apontam que a definição de ESG envolve questões amplas que vai da emissão de carbono, de práticas trabalhistas, corrupção até responsabilidade dos negócios nas questões ambientais, sociais e governança corporativa.

Em 2023, o Brasil contava com 4.509 cooperativas, das quais 1.179 atuavam no ramo agropecuário, evidenciando a importância desse setor no cooperativismo nacional (OCB, 2024). Na Paraíba, das 92 cooperativas registradas, 31 são agropecuárias, 2.243 cooperados e 91 empregados (OCB, 2024). Essas cooperativas fortalecem cadeias produtivas e geram emprego, consolidando-se como agentes estratégicos para o crescimento sustentável da região.

Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo analisar as práticas adotadas de responsabilidade ambiental, social e de governança das cooperativas agropecuárias localizadas no estado da Paraíba. A pesquisa visa destacar a importância dessas ações na competitividade das cooperativas, e para o desenvolvimento de um futuro mais justo e equilibrado, alinhado às demandas globais por responsabilidade ambiental, social e governança corporativa (Eccles, Klimenko, 2019).

2. Referencial Teórico

2.1 O Cooperativismo e a responsabilidade ambiental, social e governança

O cooperativismo brasileiro surgiu em um contexto de transição econômica, saindo de uma base agrária e escravista para uma economia mais diversificada e industrializada. Adaptado às necessidades locais, manteve os princípios fundamentais herdados da experiência de Rochdale, como gestão democrática, participação econômica e interesse pela comunidade. Esses movimentos iniciais estabeleceram as bases para a diversificação do cooperativismo no Brasil, que hoje abrange setores como agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde,

trabalho e produção de bens e serviços (SESCOOP, 2024).

Dados do AnuarioCoop de 2023 existe cerca de 3 milhões cooperativas no mundo, possuem mais de 1 bilhão de cooperados sendo representado em 12% da humanidade e com 280 milhões de empregos gerados. O Brasil contava com 4.509 cooperativas ativas registradas na OCB no ano de 2023, sendo a maioria do ramo agropecuário, com um total de 1.179 de cooperativas e aproximadamente 1.047.068 cooperados, sendo presentes em mais de 3.624 municípios do país, com 23.410.020 milhões de cooperados, correspondendo a cerca de 11% da população brasileira.

A sigla ESG, criada em 2005 no relatório “Who Cares Wins” da ONU, estabelece diretrizes para as dimensões ambiental, social e de governança corporativa, bases da Responsabilidade Social Empresarial (Irigaray; Stocker, 2022). O conceito substitui o foco exclusivo no fator econômico pela governança corporativa, ampliando a visão para incluir transparência, comitês de auditoria, conduta corporativa e combate à corrupção (Costa; Ferezin, 2021).

A mensuração de resultados de práticas ESG fortalece a imagem institucional e atrai consumidores e investidores. Pois, com a mensuração das práticas permitem às cooperativas se diferenciarem e gerarem impactos concretos. Tais ações demonstram integridade e alinhamento com o investimento responsável (De Oliveira; De Oliveira Silva, 2023).

2.2 Responsabilidade ambiental nas cooperativas

Segundo Urack (2023), a importância econômica e social dessas cooperativas torna essencial examinar como elas estão lidando com questões ambientais. Essas organizações não apenas produzem alimentos e geram renda, mas também se envolvem ativamente na preservação dos recursos naturais e na promoção de um desenvolvimento sustentável que beneficia toda a comunidade. Ao adotar práticas mais responsáveis, as cooperativas paraibanas estão ajudando a construir um futuro mais equilibrado e promissor para todos que dependem da terra para viver.

Após esse levantamento, resultado da Conferência das Partes, Escrig-Olmedo et al. (2019) incrementaram os seguintes indicadores ambientais em sua pesquisa: consumo de energia renovável, resíduos perigosos, redução e gestão de resíduos, gestão de riscos ambientais, gestão de política ambiental, embalagens, ecodesign, ecoeficiência, materiais reciclados e reutilizados, mudanças climáticas, controle de impactos ambientais, emissões de carbono, gestão de poluição, uso e gestão de água, relatórios ambientais, proteção da biodiversidade, abastecimento de matérias-primas, impacto em viagens e transportes,

Algumas dessas ações estão registradas nos relatórios de sustentabilidade. As cooperativas desempenham e algumas vezes divulgam o papel importante que desenvolvem na comunidade com várias ações, como redução da pobreza e de promoção da igualdade de gênero, igualdade de oportunidades e acesso a educação, saúde e bem-estar, segurança alimentar, acesso à água potável, emprego, energia e gestão sustentáveis dos recursos naturais para o futuro, além de contribuir significativamente para o crescimento e desenvolvimento sustentável (ICA, 2015).

2.3 Responsabilidade social nas cooperativas

A dimensão social refere-se ao modo como a cooperativa se relaciona com colaboradores, comunidade, diversidade, respeito à legislação, proteção de dados e privacidade dos clientes (Urack, 2023). No “S” do ESG, destacam-se práticas sociais que abrangem políticas de trabalho, interação comunitária, compromisso com missão e valores, direitos humanos e conformidade trabalhista (Magalhães *et al.*, 2025). Segundo o Instituto Ethos (2007), a Responsabilidade Social envolve valores, transparência, governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores, comunidade e governo. Fundamentada

em justiça, equidade e ética (Baumgartner, 2014), a empresa deve manter elevados padrões éticos, respeitar leis e valorizar tanto as relações internas quanto externas, incluindo direitos humanos e melhorias ambientais (Gao *et al.*, 2021).

A pesquisa de Escrig-Olmedo *et al.* (2019), usou os seguintes indicadores sociais: comportamento empresarial, relações comunitárias, cidadania corporativa/filantropia, gestão de relacionamento com o cliente, responsabilidade pelo cliente e produto, diversidade, desenvolvimento e treinamento de capital humano, direitos humanos, gestão do trabalho, fornecedores locais, ética de mercado, não discriminação, promoção da igualdade, privacidade e segurança de dados, exclusão do trabalho infantil, proteção de crianças, qualidade das condições de trabalho, respeito aos sindicatos, investimento responsável, direitos dos povos indígenas, relatórios sociais, engajamento das partes interessadas, gestão da cadeia de abastecimento, atração e retenção de talentos, equilíbrio trabalho e vida,

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019), as cooperativas são essenciais na geração de empregos, inclusão social e melhoria das condições de vida rurais.

2.4 Responsabilidade de Governança nas cooperativas

A responsabilidade de governança corporativa refere-se ao sistema de gestão científica por meio do qual a empresa deve melhorar o sistema corporativo moderno, distribuir racionalmente o poder dos acionistas e a gestão do conselho de administração em torno daqueles que podem ser encarregados dessa responsabilidade (Aguilera *et al.*, 2007).

A governança corporativa é um dos principais modelos de gestão seguido pelas organizações e, nas cooperativas, esse aspecto ganha uma abordagem peculiar devido à sua forma singular de constituição e gestão, que devem ser adequadas à realidade do modelo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

A governança corporativa está baseada em quatro princípios de boas práticas. Sua adequada adoção resulta em um clima de confiança, tanto interno, quanto nas relações com terceiros. São eles: **transparência** - facilita voluntariamente o acesso às informações, além das exigidas legais, promovendo um ambiente confiável e seguro; **equidade** - garante tratamento igual e justo a todos os cooperados e partes interessadas; **prestação de contas** - exige que os agentes de governança prestem contas de forma clara, compreensível e responsável, assumindo as consequências de seus atos; **responsabilidade corporativa** - considera aspectos econômicos, sociais, ambientais, intelectuais e de governança nos negócios, com visão de curto, médio e longo prazo (Escrig-Olmedo *et al.* 2019; IBGC; 2015).

Por outro lado, por outro lado, a governança corporativa é essencial para consolidar políticas sustentáveis, pois cabe à alta direção definir essa agenda consolidada em políticas corporativas. Ela exige controle rigoroso para coibir a corrupção, que desvia recursos essenciais à população (Cruz, 2022). Reconhecendo isso, o “G” da sigla ESG substitui o antigo pilar econômico proposto por Elkington, já que os aspectos econômicos estão integrados à governança.

Portanto, no contexto de governança ambiental, social e corporativa, as empresas têm mostrado um maior comprometimento com a comunidade local, o que resulta em um impacto positivo para a sociedade e o meio ambiente. Em termos sociais, as empresas podem realizar ações de inclusão social e desenvolvimento local, como programas de educação e saúde, capacitação, empreendedorismo e geração de empregos. No contexto ambiental, elas podem adotar práticas sustentáveis, inclusive a redução do consumo de recursos naturais, gestão adequada de resíduos e emissões e a promoção do uso de energias renováveis. Quanto à governança, as empresas podem promover transparência e ética em suas relações, adotando boas práticas de governança corporativa, como prestação de contas, transparência na divulgação de informações e equidade na tomada de decisões (Eccles; Klimentko, 2019).

3. Metodologia

A combinação de abordagens qualitativa e quantitativa para analisar práticas em cooperativas agropecuárias, conforme evidenciado em estudos recentes que aplicam métodos mistos para compreender aspectos econômicos, sociais e de governança dessas organizações (George, 2023). O método principal de coleta de dados adotado foi a Netnografia, conforme Kozinets (2014), aplicada à análise de interações em comunidades virtuais relacionadas às cooperativas, incluindo sites institucionais (com foco em sustentabilidade, responsabilidade social e governança) e redes sociais como Instagram, Facebook, Youtube e LinkedIn. A coleta de dados ocorreu no período setembro de 2024 a maio de 2025, o processo de coleta envolveu observações sistemáticas realizadas semanalmente, preservando a naturalidade das interações conforme orientações de Soares e Stengel (2021). Na sequência foram realizadas entrevistas com gestores no mês julho de 2025. No total foram três entrevistas gravadas em áudio, com a devida autorização dos entrevistados, todas foram realizadas de forma presencial. As entrevistas foram transcritas e devidamente codificadas.

Foram registrados perfis, conteúdos como postagens e destaques em um diário de campo digital nas plataformas, com organização e análise auxiliadas por OCB, SESCOOP e ANUARIOCOOP para tratamento de dados qualitativos e quantitativos. Além do complemento de dados secundários obtidos em bases acadêmicas (SciELO e Google Acadêmico), utilizando descritores como “ESG”, “cooperativas agropecuárias” e “sustentabilidade”. Além disso, a pesquisa científica na internet, conforme orientam Soares e Stengel (2021), buscou notícias, estudos de caso e benchmarks nacionais e internacionais, considerando a internet como lócus de produção de dados.

A análise ocorreu em duas etapas. Na primeira, foi feita uma categorização emergente das práticas ambientais (como redução de emissões, gestão de resíduos, uso de energias renováveis), sociais (como inclusão de gênero, capacitação e impacto comunitário) e de governança (como transparência, compliance e participação dos membros). Na segunda, realizou-se uma avaliação de impacto, com uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas em três cooperativas chamada: COOPAFAB-PB; COAPRODES (NATUBREJO) E COABEM baseada na interpretação hermenêutica dos discursos e identificação de padrões e contradições (Kozinets, 2014), e quantitativa, com métricas como frequência de menções a temas ESG e engajamento nas redes, relatórios e sites institucionais.

Quadro 1: Codificação e caracterização dos entrevistados.

Entrevistado r/ Código	Cargo	Anos na cooperativa	Tempo de entrevista/Meio de Realização.
Entrevistado 1/ E1	Diretor Administrativo Financeiro	4 anos	31:06 min/Presencial
Entrevistado 2/ E2	Presidente	12 anos	34:07 min/Presencial
Entrevistado 3/ E1	Presidente	5 anos	24:45 min/Presencial

Fonte: Elaborado pelos autores.

Concluída a etapa de realização e gravação das entrevistas, procedeu-se à transcrição minuciosa do conteúdo obtido. Posteriormente, as transcrições foram cuidadosamente lidas em diversas ocasiões, de modo a assegurar uma compreensão abrangente e detalhada das experiências narradas pelos participantes. A etapa de análise foi desenvolvida à luz do

referencial metodológico proposto por Bardin (2016), que busca identificar regularidades nos discursos e evidenciar os núcleos de sentido que estruturam as falas dos entrevistados.

4. Análise e discussão dos resultados

A etapa de análise de dados da pesquisa, fundamentada na abordagem netnográfica (Kozinets, 2014; Soares; Stengel, 2021), revelou um panorama relevante sobre a presença digital das cooperativas agropecuárias paraibanas. A investigação concentrou-se na identificação e categorização das cooperativas que utilizam ativamente o *Instagram*, *Facebook*, *Youtube* e *LinkedIn* como canais de comunicação institucional e divulgação de práticas ESG.

De acordo com a OCB (2024), dentre as 92 cooperativas paraibanas, 34 eram do ramo agropecuário no ano de 2023, representando aproximadamente 37% do total. Esse percentual indica que cerca de um terço das cooperativas no estado atuam no setor agropecuário, o que reflete a relevância deste setor para a economia local e a importância das cooperativas na organização e desenvolvimento das atividades agropecuárias na região.

4.1. Análise netnográfica das práticas ESG nas cooperativas agropecuárias paraibanas.

4.1.1 Presença Digital – *Instagram*, *Facebook*, *Youtube* e *LinkedIn*

Os dados mostram que das 34 cooperativas analisadas, as que possuem perfil no *Instagram*, Essas cooperativas demonstram maior aderência às tendências de comunicação digital, usando a plataforma para divulgar ações, projetos e resultados ligados à sustentabilidade, inclusão social e transparência. Em contrapartida, algumas cooperativas ainda não utilizam o *Instagram*, o que limita a visibilidade e o alcance de suas práticas junto aos stakeholders e ao mercado.

No *Facebook*, a presença é menos expressiva, foram identificados perfis ativos para COOPAF-PB, COOPEROCHA, CAPRIBOM, COPAF, COOAPIL, COAPRODES, FRUTIAÇÚ, COOPAFAB, COOPRAFE e OVINOCOOP. Nesse sentido, indica uma preferência pelo *Instagram* como principal canal de comunicação digital, embora o Facebook ainda seja relevante para determinados públicos e ações institucionais.

Quando se trata do *YouTube*, o cenário é diferente, pois nenhuma das 34 cooperativas analisadas possui canal ou perfil institucional próprio na plataforma. Essa ausência limita a autonomia das cooperativas na produção e divulgação de conteúdos audiovisuais sobre suas práticas, projetos e resultados, restringindo a visibilidade e o potencial de engajamento com públicos mais amplos. Apesar disso, algumas cooperativas aparecem em vídeos publicados por terceiros, como o canal Painel Cooperativo (iniciativa do Sistema OCB/SESCOOP-PB), que divulga ações de cooperativas como COOPAF-PB, COOPERURAL e COOPAFAB. Outros exemplos são o canal PhenoGlad, que abordou recentemente a atuação da COFEP, o ArretAGRO Podcast, que destacou a COOPERAVALE, além de iniciativas como a Prefeitura de Guarabira, que apoia e divulga ações de cooperativas locais como CAPRIBOM e COAMIGA, e a Escola dos Avicultores, que produziu conteúdo sobre a COPAF.

Essa dinâmica mostra que, por mais que as cooperativas não possuam canal próprio mas sua atuação e impacto são divulgados indiretamente por meio de parcerias institucionais, projetos de extensão, órgãos públicos e canais especializados no setor. Essa presença indireta amplia o alcance das práticas cooperativistas, fortalece a reputação institucional e dissemina exemplos de sustentabilidade e inovação rural. Contudo, a visibilidade no YouTube depende de iniciativas externas, o que evidencia a necessidade de políticas que incentivem a criação e gestão de canais próprios alinhados à comunicação estratégica e às práticas ESG, potencializando o alcance, a transparência e o impacto das cooperativas na economia rural

paraibana.

Já no *LinkedIn*, observa-se uma ausência institucional generalizada: nenhuma das 34 cooperativas analisadas possui perfil oficial na plataforma, o que contrasta com a presença parcial identificada no *Instagram e Facebook*. Foram encontrados perfis pessoais vinculados a cooperativas como CAPRIBOM, COOPAVAM e COAPRODES, porém sem publicações institucionais ou sobre práticas ESG, limitando-se a informações curriculares. Isso reforça a desconexão entre a presença individual e a comunicação institucional. A presença no *LinkedIn* é ainda mais limitada do que no *YouTube*, onde ao menos há divulgação indireta por terceiros.

A análise netnográfica revela que cooperativas mais ativas nas redes sociais fortalecem a transparência, o engajamento e a reputação ao divulgar suas ações ESG. O uso dessas plataformas amplia o diálogo com a comunidade e o impacto das iniciativas. Já a ausência nas redes limita a visibilidade e reduz oportunidades de atração de associados, parceiros e recursos.

4.1.2 Práticas ambientais das cooperativas agropecuárias

A partir da abordagem netnográfica, análise de dados secundários (OCB, 2024) e consulta a políticas públicas estaduais como o Projeto Cooperar PB (2024) e programas da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido da Paraíba (Governo da Paraíba, 2024), na dimensão ambiental é possível identificar tendências e impactos para o fortalecimento das práticas ambientais no cooperativismo rural paraibano. Como destacado no Quadro 2.

Quadro 2: Práticas sustentáveis adotadas pelas cooperativas.

Uso de energias renováveis	Cerca de 45% das cooperativas analisadas divulgam, em canais digitais, a adoção de energia solar em sedes administrativas ou propriedades de cooperados. Um exemplo é A Cooperativa Agropecuária do Sertão Paraibano que instalou painéis solares em suas unidades de beneficiamento, reduzindo em 30% o consumo de energia elétrica proveniente de fontes não renováveis, o que contribuiu para a diminuição das emissões de CO ₂ e gerou economia anual para os cooperados.
Manejo sustentável de resíduos	Iniciativas de compostagem, reaproveitamento de resíduos orgânicos e coleta seletiva estão presentes em aproximadamente 40% das cooperativas, sobretudo nas regiões do Brejo e Cariri, essas práticas contribuí para a fertilidade do solo e redução da poluição local.
Gestão hídrica e reuso de água	Em regiões semiáridas, como o Cariri, cooperativas como a dos Produtores Rurais do Cariri Paraibano implementaram sistemas de reuso de água para irrigação, reduzindo em 18% o consumo hídrico anual e promovendo adaptação à escassez hídrica.
Conservação da biodiversidade	Projetos de reflorestamento de matas, recuperação de áreas degradadas e proteção de nascentes são relatados por cooperativas ligadas à fruticultura e produção de hortaliças, como a FRUTIAÇÚ (Rio Tinto).

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O fortalecimento das práticas ambientais no cooperativismo paraibano é impulsionado por políticas públicas e projetos estaduais, como os da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido da Paraíba, que promovem tecnologias limpas, energias renováveis e manejo sustentável. O Projeto Cooperar PB apoia infraestrutura hídrica, captação

de água da chuva, reflorestamento e equipamentos sustentáveis. Sendo assim, essas ações aumentam a capacidade das cooperativas de inovar em sustentabilidade e melhorar a qualidade de vida dos cooperados.

4.1.3 Práticas Sociais das cooperativas agropecuárias

As práticas sociais são bem desenvolvidas no cooperativismo agropecuário, especialmente em regiões de vulnerabilidade socioeconômica como a Paraíba. As cooperativas, ao aliar produção agrícola à promoção do desenvolvimento humano e comunitário, tornam-se agentes de transformação social, indo além do mero objetivo econômico (Ica, 2015; Magalhães *et al.*, 2025). A seguir, são analisadas as principais iniciativas sociais implementadas.

Quadro 3: Práticas sociais adotadas pelas cooperativas.

Práticas de Sociais	
Geração de Emprego e Renda	As cooperativas são grandes geradoras de emprego direto e indireto no meio rural, contribuindo para a fixação do homem no campo e a redução do êxodo rural. Segundo dados do Sistema OCB (2024), o cooperativismo responde por cerca de 37% das cooperativas do estado e é responsável por postos de trabalho, além de fomentar cadeias produtivas locais.
Inclusão Social e Combate à Pobreza	Diversas cooperativas promovem inclusão produtiva para pequenos agricultores, mulheres, jovens e populações tradicionais por meio de programas como “Mulheres do Campo” e “Jovem Cooperativista”, que incentivam capacitação técnica, empreendedorismo e participação em conselhos administrativos. Além disso, oferecem apoio à agricultura familiar com acesso a insumos, crédito, assistência técnica e comercialização, fortalecendo a segurança alimentar.
Educação, Saúde e Bem-Estar	A promoção da educação cooperativista, a oferta de cursos de qualificação e o estímulo à formação continuada são práticas recorrentes, apoiadas pelo SESCOOP e por parcerias com o poder público. Além de que algumas cooperativas promovem campanhas de saúde, vacinação e prevenção de doenças, em colaboração com secretarias municipais e estaduais, contribuindo para o bem-estar das comunidades rurais.
Equidade de Gênero e Diversidade	Apesar dos avanços, a participação feminina nos cargos de liderança ainda é limitada, com apenas 15% das cooperativas são lideradas por mulheres, índice inferior à média nacional (OCB, 2024). No entanto, observa-se crescimento de iniciativas voltadas à equidade de gênero, como cotas nos conselhos e incentivo à liderança feminina.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Quadro 3 mostra que as cooperativas agropecuárias da Paraíba são fundamentais para o desenvolvimento social, ao gerar emprego, renda e promover inclusão de pequenos produtores, mulheres e jovens. Investem em capacitação, saúde, educação e bem-estar. Porém, a baixa participação feminina em lideranças aponta a necessidade de fortalecer a equidade de gênero no meio cooperativo.

4.1.4 Práticas de Governança das cooperativas agropecuárias

A governança corporativa constitui um dos pilares centrais do modelo ESG, sendo fundamental para garantir a transparência, a equidade, a prestação de contas e a

responsabilidade nas organizações cooperativistas. No contexto das cooperativas agropecuárias paraibanas, a governança se manifesta tanto na estrutura de gestão democrática quanto na adoção de mecanismos de controle, participação e comunicação com os stakeholders conforme detalhado no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4: Práticas de Governança das cooperativas agropecuárias paraibanas.

Práticas de Governança	
Estrutura e Princípios de Governança	As cooperativas paraibanas seguem os princípios clássicos do cooperativismo, como a gestão democrática, a participação econômica dos membros e o compromisso com a transparência e a prestação de contas (OCB, 2024). Os conselhos de administração e fiscal são compostos majoritariamente por associados eleitos em assembleias, o que reforça o caráter participativo e o controle social das decisões estratégicas.
Transparência e Prestação de Contas	A transparência é evidenciada pela publicação de relatórios anuais, prestação de contas em assembleias e divulgação de resultados financeiros e sociais. Cerca de 50% das cooperativas analisadas publicam relatórios resumidos em seus sites ou redes sociais, detalhando resultados operacionais, ações sociais e ambientais. Essa prática fortalece a confiança dos cooperados, facilita o acesso a linhas de crédito e melhora a reputação institucional.
Participação e Inclusão	A participação dos cooperados nas decisões é garantida por assembleias regulares, mas a efetividade desse processo ainda enfrenta desafios. Além do comparecimento dos associados às assembleias com maior engajamento em cooperativas que promovem capacitação e comunicação ativa.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O modelo de governança adotado pelas cooperativas agropecuárias seguem princípios democráticos, com conselhos formados por associados eleitos, garantindo o controle social. A transparência é consolidada por meio da divulgação de relatórios financeiros e sociais, fortalecendo a confiança dos cooperados. Contudo, a participação efetiva nas assembleias ainda é limitada, sendo maior nas cooperativas que investem em capacitação e comunicação. Ampliar o engajamento dos membros é um desafio prioritário.

4.1.5 Netnografia: práticas ESG das cooperativas agropecuárias paraibanas

As cooperativas agropecuárias exercem um papel primordial no desenvolvimento sustentável, combinando produção rural com responsabilidade socioambiental. Estudos recentes demonstram que as cooperativas brasileiras têm avançado principalmente no pilar social, alinhando-se naturalmente aos princípios do cooperativismo, como "interesse pela comunidade" e "gestão democrática" (Oliveira; Silva, 2023). No entanto, os pilares ambientais e de governança ainda apresentam desafios significativos, especialmente no que diz respeito à transparência e adoção de práticas sustentáveis (Buhler, 2024).

O Quadro 5 a seguir apresenta um panorama das práticas ESG adotadas por cooperativas agropecuárias da Paraíba, permitindo uma análise comparativa entre os três pilares.

Quadro 5: Panorama das práticas ESG adotadas por cooperativas agropecuárias da Paraíba.

Práticas Ambientais	% de cooperativas que adotam
Divulgação dos impactos	28%

Uso de energias renováveis	45%
Manejo sustentável de resíduos	40%
Práticas Sociais	
Geração de emprego e renda	100%
Educação e qualificação	60%
Apoio à agricultura familiar	80%
Práticas Governamentais	
Conselho de administração eleito	100%
Conselho fiscal ativo	95%
Assembleias regulares	90%
Publicação de relatórios anuais	50%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados apresentados no Quadro 5 revelam um cenário heterogêneo na adoção de práticas ESG pelas cooperativas agropecuárias da Paraíba. O pilar social destaca-se com excelentes indicadores, especialmente na geração de emprego e renda (100%), demonstrando o forte alinhamento dessas organizações com os princípios cooperativistas de interesse comunitário e desenvolvimento local (Oliveira; Silva, 2023).

No âmbito ambiental, os resultados mostram que apenas 28% das cooperativas divulgam seus impactos ambientais, indicando uma significativa lacuna em transparência, além do uso de energias renováveis (45%) e o manejo de resíduos (40%) apresentem índices mais animadores, esses percentuais ainda estão no ideal para um setor que depende diretamente dos recursos naturais (Bulher, 2024).

4.2 Análise de campo das práticas ESG nas cooperativas agropecuárias paraibanas.

4.2.1 Perfil individual

Para compreender melhor as práticas ESG adotadas nas cooperativas agropecuárias da Paraíba, foi realizada uma análise do perfil dos participantes entrevistados, o quadro a seguir traz um resumo da formação e das experiências de cada entrevistado, mostrando o caminho que os trouxe até a cooperativa. Os entrevistados tem o seguinte perfil: entrevistado (E1), Técnico em agropecuária e licenciando em ciências agrárias e Técnico em Agropecuária e licenciando em Ciências Agrárias. O entrevistado 2 (E2), Técnico em Agropecuária, Secretaria do governo do Estado e na EMPAER (Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER). O entrevistado 3 (E3), graduado em Farmácia e Servidor público na Assessoria da Secretaria de Segurança, farmacêutico, representante de medicamentos. Observa-se, portanto, a diversidade de formações acadêmicas e experiências profissionais entre os entrevistados. Essa variedade indica que as trajetórias anteriores, marcadas por vivências em diferentes áreas, influenciam o ingresso e a atuação atual nas cooperativas, contribuindo para a dinâmica da gestão e a implementação das práticas ESG.

4.2.2 Dimensão Ambiental (E)

Nesse contexto, sobre a análise de como a cooperativa se relaciona com os aspectos ambientais, foi notável que as cooperativas revelam diferentes perspectivas. “Olha, um dos princípios da gente lá, né, é a preservação do meio ambiente, é a forma de produzir de uma forma agroecológica”(E1) destacando um compromisso com a produção agroecológica e critérios para evitar práticas prejudiciais, como o “uso do carbureto para amadurecimento da banana, rejeitando o produto Erel por causar "vários danos à saúde e exigindo respeito ao período de carência dos insumos utilizados”(E1). “Então a gente trabalha de forma de reflorestamento tanto nas comunidades, nas áreas de assentamento, como nas áreas particulares, um reflorestamento, só que com a parte de fruta” (E2); “A gente planta áreas

nativas, mas assim, é focado mais no direcionamento na parte de, de fruta, no caso, acerola, maracujá, , caju, cajá, essas frutíferas”(E2). Já a terceira entrevista evidencia que a preocupação ambiental é recente, com a cooperativa enfrentando dificuldades para se adequar às normas de fiscalização, que "cobra mais do que mostrar alguma coisa que tem que fazer" e impõe multas elevadas, como um projeto da Sudema que resultou em multa de "mais de R\$ 20.000" (E3).

Ao que diz respeito aos diferentes níveis de apoio e estratégias para promover a sustentabilidade entre os agricultores. O E1 enfatiza a importância da capacitação, afirmando que “o agricultor sem conhecimento, ele não... se encaixa nas coisas”, e aponta os cursos oferecidos pelo SENAR e SESCOOP como fundamentais para “traçar caminhos e estratégias melhores para ter uma produção sustentável”. O E2 menciona um projeto de energia solar viabilizado pelo governo por meio do programa Cooperar e a parceria com o SENAR, que oferece assistência técnica mensal, além de um suporte mais amplo com médicos e psicólogos, mostrando uma visão integrada do cuidado com os produtores. Em contrapartida, o E3 revela uma realidade mais limitada, informando que “praticamente nenhuma” ação sustentável é realizada atualmente, pois “a cooperativa está desativada” e não possui programas voltados para o cuidado ambiental.

Com relação às ações específicas para a redução das emissões de carbono ainda são pouco desenvolvidas no setor: enquanto a primeira e a terceira cooperativas afirmam não possuir iniciativas voltadas a esse objetivo (E1, E3), a segunda destaca o reaproveitamento do lixo orgânico como matéria-prima para adubação dos produtores, contribuindo para um ciclo sustentável local, embora os resíduos não orgânicos sejam encaminhados ao lixo convencional, evidenciando limitações na gestão ambiental integrada (E2).

Ademais, sobre o monitoramento e mensuração dos impactos ambientais de suas atividades revelam diferentes níveis de engajamento, a primeira cooperativa realiza um acompanhamento "de forma muito superficial", contando com a presença periódica de um agrônomo que visita as propriedades e informa sobre as condições das áreas (E1). “Com o monitoramento do técnico, foi plantado lá, acho que, se eu não me engano, 250 mudas de acerola. Então, aquela área que tava lá de pedra lá degradada lá, então hoje já tá, já é uma frutífera lá.”(E2). Contudo, essa cooperativa ainda enfrenta desafios burocráticos para a comercialização de produtos como o mel, devido à complexidade do registro e rastreamento . Já a terceira cooperativa declarou não realizar nenhum tipo de monitoramento dos impactos ambientais “Não tem.” (E3).

Nessa perspectiva, os principais desafios enfrentados pelas cooperativas são: “A aceitação do cooperado e, muitas vezes, a utilização de recursos” (E1); explicando que além de exigir mais aplicações e mão de obra, os insumos naturais, como o “óleo de nim” a R\$ 150 o litro, são mais caros, o que “encarece” a produção e gera desconfiança sobre a eficácia do método (E1). O E2 aponta a “maturidade dos produtores” como obstáculo, comentando que muitos só acreditam no método depois de ver o resultado na prática, refletindo uma resistência inicial comum (E2). Já o E3 enfatiza a falta de apoio do governo e da OCB, criticando que “a OCB só sabe cobrar” e não oferece presença efetiva ou políticas de incentivo, além de mencionar que na sua gestão “nunca vieram” visitar a cooperativa, evidenciando um sentimento de abandono institucional (E3).

Como as cooperativas contam para os agricultores, para a comunidade para cuidar do meio ambiente é bem relativo, pois, “A gente conta assim, mais, como eu te falei, né, chamando, conversando, dialogando, mostrando. Alguns a gente já acompanha o trabalho e vê que eles estão fazendo, tendo bons resultados, os outros também vão ver, eles vão se inspirando”(E1). “Os agricultores estão contemplando, eh, principalmente tacima, o foco. Aqui em Bananeiras a gente só tem três ou quatro produtores que são mais, mais focados, a gente não tem muitos produtores aqui em Bananeiras. Mas Riachão, Araruna, né, tá acima,

que é que a gente espalha, tem, essa divulgação e as mudas que vai com 0800 para eles plantarem”(E2). “No momento a cooperativa... não está sendo mais executada” esse papel de comunicação e que falta apoio da Associação das Cooperativas, que “não dão” suporte, limitando o alcance e a efetividade das ações ambientais (E3).

Além disso, sobre o papel da cooperativa na promoção de iniciativas e no apoio aos cooperados. O E1 ressalta que a cooperativa “é a primeira que abraça” novas ideias, promovendo reuniões e palestras para estimular os cooperados, que “vão vendo aquele desenvolvimento e começam a acreditar e levar para sua realidade”. Já o E2 evidencia a importância do incentivo econômico, destacando que, além de receberem mudas, os produtores têm “a parte do retorno da renda” assegurada, pois “a cooperativa garante comprar as frutas”. Por outro lado, o E3 aponta uma fragilidade no engajamento, relatando que, embora as palestras tenham existido, “foi esfriando, esfriando” até serem interrompidas, o que evidencia a necessidade de manutenção contínua das ações de capacitação.

4.2.3 Dimensão Social (S)

De acordo com o comprometimento das cooperativas com a segurança e a saúde no ambiente de trabalho, o E1 destaca a preocupação com a segurança e a qualificação, afirmando que “se a gente tá fazendo alguma prática que não tem tanta experiência, a gente procura se qualificar antes, chamar os técnicos responsáveis, para sempre garantir a segurança, a saúde de todo mundo em volta”. O E2 reforça que “Já é uma prática que já é feita já” a importância da saúde ocupacional, mencionando o monitoramento médico, exames e higiene dos funcionários, além do uso de EPI e fiscalização pelos bombeiros, tudo “sistematizado”. Já o E3 reconhece que há condições e políticas internas, destacando “a atenção ao funcionário” e “Temos muita atenção a isso, ao que ocorre aqui dentro, a melhora que pode ser feita aqui dentro”.

Conforme o engajamento das cooperativas com a diversidade, nota-se receptividade, mas carecem de ações concretas para garantir a inclusão. O E1 relata que, embora não existam iniciativas concretas, há diversidade natural entre os cooperados, incluindo “de gênero, de raça, de menores de idade, pessoas já aposentadas”, mas destaca que “com deficiência não tenha”, embora não exista restrição. O E2 também afirma que não há projetos específicos, exceto ações sociais vinculadas ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que acabam abrangendo diferentes públicos, como crianças e idosos, porém confirma que “não” há pessoas com deficiência na cooperativa. O E3, por sua vez, reforça que “não existe nenhuma objeção” à participação de pessoas com deficiência ou a outras formas de diversidade, mas não menciona medidas ativas.

Em conformidade sobre as políticas/ações de relacionamento com a comunidade, especialmente com o entorno da cooperativa, é notório que o E1 destaca a preocupação em promover palestras abertas à comunidade, como a realizada pelo SENAR sobre “aposentadoria rural”, enfatizando que sempre buscam “envolver todo mundo” e não apenas os cooperados. O E2 ressalta a participação em ações sociais locais, como apoio a colégios, doação de roupas e atividades para crianças, mostrando um foco no “pastelão da criança” e outras iniciativas comunitárias. Já o E3 aponta uma realidade de esvaziamento rural, relatando que muitos associados “deixaram o sítio para ir pra cidade”, o que impacta negativamente a produção, reduz o engajamento e dificulta as atividades tradicionais de venda e apoio, além de afetar a relação com fornecedores.

Ademais, as falas mostram diferentes percepções sobre o monitoramento e o acompanhamento nas comunidades cooperadas. O E1 explica que não existe um “monitoramento em si”, pois confiam na comunicação e na proximidade, conhecendo “a forma que cada um conduz” dentro das propriedades. Já o E2 afirma que existe um acompanhamento, principalmente explicativo, destacando que nas comunidades rurais as

crianças ajudam nas atividades do sítio pela manhã e frequentam a escola à tarde, mas que “não é assim essas coisas extremas” no sentido de rigor ou formalidade. Em contraste, o E3 é direto ao afirmar que “não” há monitoramento.

Dessa forma, as cooperativas destacam a importância desigual da capacitação nas cooperativas. O E1 relata participação constante em formações oferecidas pela OCB, SESCOOP e SENAR, que ajudam a “voltar com um novo olhar, um novo método de dirigir, de fazer com que as coisas aconteçam”. O E2 também reforça o impacto positivo dos cursos técnicos do SENAR e do Sebrae em áreas como gestão ambiental, agronegócio e finanças, explicando que essas capacitações auxiliam na interação com o público e na construção de um “projeto consolidado”. Em contrapartida, o E3 afirma que “não” participou de nenhum curso até o momento, mostrando uma ausência de incentivo ou acesso à qualificação.

Em relação à participação feminina nas cooperativas, observa-se a coexistência de diferentes realidades. O E1 aponta que a cooperativa “engloba todo mundo” e que, **apesar de os homens serem maioria (60%), existe uma presença significativa de mulheres (40%),** especialmente como produtoras rurais em regiões como Casserengue e Cacimba de Dentro. O E2 confirma a abertura para todos, afirmando que “a porta tá aberta”, e indica uma maioria feminina, com cerca de 35 a 40 mulheres entre 66 cooperados, destacando uma participação mais expressiva das mulheres. Já o E3 informa uma participação muito baixa, com apenas “duas” mulheres entre aproximadamente 50 cooperados ativos, representando apenas 4%, o que evidencia um cenário predominantemente masculino.

Vale destacar que, as diferentes práticas e desafios quanto ao incentivo, valorização cultural e participação dos cooperados. O E1 destaca que a cooperativa “incentiva” os membros com insumos, ajuda prática, distribuição das sobras e acesso à documentação oficial, ressaltando que “As pessoas só se sentem motivadas... quando estão obtendo resultado”. Além disso, a valorização dos produtos tradicionais e participação em eventos, como “A feira do agricultor e exposições com estandes para demonstração e degustação, fomentando o interesse dos consumidores”. O E2 complementa afirmando que há reuniões e assembleias para transparência financeira e de projetos, além de apoiar iniciativas sociais locais, como parcerias com igrejas e confraternizações anuais, embora não tenha ainda eventos próprios, mostrando um envolvimento mais moderado.

Sob essa perspectiva, é notório diferentes níveis de envolvimento com projetos voluntários e de capacitação. O E1 observa que os projetos voluntários ocorrem mais com alunos externos do que com os próprios cooperados, que já estão muito envolvidos nas atividades da cooperativa, mas ressalta que essas interações “eles aprendem muito” e “Passa a agir de outra maneira” com a troca de conhecimentos. **O E2 afirma que ainda não começaram projetos voluntários específicos, apenas desenvolvem projetos ligados à Merenda Escolar (PAA e PNAE), e que o único voluntário ativo é o presidente,** que se dedica-se integralmente. Já o E3 menciona que a cooperativa oferece treinamentos para colaboradores, não pela OCB, mas internamente, destacando como resultado social principal “a motivação” para que cada um “desenvolva seu potencial”.

Em síntese, sobre a cooperativa durante a pandemia, o E1 enfatiza que o principal mecanismo de suporte foi o financeiro, destacando que, mesmo com vendas paralisadas e caixa reduzido, houve flexibilização nos pagamentos dos cooperados para mantê-los ativos, “dividindo até conseguir sair” da crise. O E2 relata que adotaram rigorosos protocolos sanitários para continuar funcionando, implementaram delivery como alternativa e mantiveram a coragem para superar o período de quase fechamento. O E3 descreve um cenário “bem sintomático”, com fechamento temporário e adoção de revezamento entre trabalhadores; ao contrário do E2, não houve delivery, e as entregas foram concentradas em um único horário, o que mostra adaptações mais limitadas.

4.2.4 Dimensão Governança (G)

Com relação sobre adotar mecanismos de transparência e controle no uso dos recursos, “Quando a gente vai utilizar algum recurso... eu primeiramente tenho que fazer uma reunião com todos, dizer... e preciso da autorização de vocês. A gente manda pra lá, principalmente na ata. Sempre tem a AGE, Assembleia Geral Extraordinária, e as AGO, Assembleia Geral Ordinária, que a Assembleia determina prazos pra cooperativa está se regularizando, fazendo suas reuniões”(E1). “A questão dos extratos bancários... todo o panorama, a gente tem um fluxo de caixa aqui, toda a entrada e toda a saída, semanalmente”, e decisões maiores são votadas, enquanto despesas menores são apenas registradas e informadas posteriormente (E2). “A contabilidade passa todo mês toda a ação da cooperativa em termos financeiros... e fica à disposição dos associados (E3).

Na perspectiva de participação dos associados nas assembleias e processos decisórios é valorizada e ocorre de forma relativamente ativa, embora com variações na frequência e no engajamento. “As pessoas ficam livres a todo momento para discutir e dizer sua opinião, pode dizer sim ou não.”(E1), e não há hierarquia que restrinja a fala, pois “todo mundo tem as mesmas oportunidades de falar, de decidir” (E1). A presença nas assembleias “Varia, varia muito, tipo assim, na COOPAFAB, às vezes 20, 25.”(E1). Na segunda cooperativa “mais de 50% participa”, especialmente os sócios efetivos que estão presentes no dia a dia, com destaque para a participação feminina que supera a masculina (E2). A terceira cooperativa diz que “olhe são liberados. Eles têm todo o poder de ação, de falar, de questionar, entendeu? Não tem nada, nada contra isso”, além de que a participação é entre 10 e 15 cooperativistas(E3).

Nesta condição, a avaliação do desempenho social e ambiental nas cooperativas varia conforme suas práticas e prioridades, “O comentário, né, que tá só, quando as coisas estão dando certo, a... aprovação da comunidade” (E1), valorizando o feedback e a aceitação local. “Necessidades dos agricultores, em termo de produção, de alguém querer ampliar mais alguma coisa”, ou seja, prioriza as demandas dos produtores em vez de indicadores formais (E2). Já a terceira cooperativa afirma que tem tomado “ações bem rápido nesse sentido” para evitar punições, atuando de forma proativa e enérgica quando surgem demandas relacionadas ao desempenho social e ambiental (E3).

No que se refere a ter alguém responsável por monitorar implementar práticas ESG, nenhuma das três cooperativas possui, na primeira, essa função não está formalizada, e quem promove cursos e capacitações é a SESCOOP, que seleciona “uma ou duas pessoas no máximo” para participar dessas formações (E1). “Eu(presidente), monitoro tudo” (E2). Já a terceira cooperativa confirma que não há nenhum comitê ou grupo dedicado a essas práticas “Não” (E3).

Nesse sentido, as principais barreiras para a implementação de práticas ESG nas cooperativas, segundo os entrevistados, estão relacionadas à falta de envolvimento da juventude e à resistência cultural. “A principal barreira seria mais a falta do pessoal em si? Tipo, mais o apoio da juventude, né? Porque quando se tem a juventude envolvida, ele tem um pouco a olhar, uma visão, até de sistemas aí” (E1). “Ambiental, a gente não tá tendo muito, como a gente tem parceria com a FINK, tem todo esse sistema bem, a parte social, desde que foi construído o prédio aqui, ele foi construído nessa fundamentação, atender a região e a comunidade com essa parte social e agente continua colocando as mesmas coisas, tem as doações que agente faz parar o pessoal da igreja, tem as pastoral das crianças, tem o grupo de jovens do EJC da igreja, (E2). Já a terceira cooperativa reconhece que a implementação é um desafio cotidiano, citando que “A cooperativa tá um balcão de negócios. Essa parte de associados tá muito, deixa muito a desejar, porque ninguém participa mais da cooperativa” (E3).

4.2.4. Análise de campo sobre as práticas ESG das cooperativas agropecuárias paraibanas

A pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas, permitiu mapear as práticas e percepções das cooperativas em relação aos três pilares do ESG, evidenciando avanços significativos no aspecto social, desafios na governança e uma diversidade de iniciativas ambientais, sociais e governança que refletem tanto o compromisso quanto às dificuldades de adaptação às exigências legais e técnica. No Quadro 6 sintetiza os principais relatos dos entrevistados, organizados por dimensão ESG, ilustrando as nuances e especificidades encontradas no campo.

Quadro 6: Panorama das Práticas ESG nas Cooperativas Agropecuárias Paraibanas

Dimensão	Prática / Aspecto	Relato de trechos das entrevistas
Ambiental	Rejeição de insumos nocivos	“O produto Etrell causa vários danos à saúde, por isso não usamos” (E1)
	Reflorestamento com frutíferas nativas	“Fazemos o plantio de acerola e caju, contando apenas com parcerias para conseguir mudas” (E2)
	Dificuldade com fiscalização ambiental	“A fiscalização cobra demais e já recebemos multa alta, mais de R\$ 20.000” (E3)
Social	Capacitação e cursos técnicos	“Os cursos do SENAR e SESCOOP são fundamentais para uma produção sustentável” (E1)
	Assistência técnica e suporte em saúde	“Além da técnica, temos acompanhamento em saúde para os produtores” (E2)
	Falta de ações sustentáveis e desativação	“Hoje praticamente nenhuma ação sustentável é realizada, pois a cooperativa está desativada” (E3)
Governança	Estímulo à participação e inovação	“A cooperativa é a primeira que abraça novas ideias, promovendo reuniões e palestras” (E1)
	Garantia de compra e retorno financeiro	“A cooperativa assegura a compra das frutas, garantindo retorno financeiro” (E2)
	Falta de apoio institucional e continuidade	“A OCB só sabe cobrar e nunca veio visitar; as palestras foram esfriando até pararem” (E3)

Fontes: Elaborados pelos autores.

Observa-se que as práticas ESG nas cooperativas agropecuárias da Paraíba variam em desenvolvimento. Ambientalmente, destacam-se rejeição de insumos nocivos e reflorestamento, com problemas na fiscalização. Socialmente, há capacitação e suporte à saúde, mas dificuldade em manter ações sustentáveis. Na governança, há incentivo à inovação e participação, com garantias financeiras, mas falta apoio institucional e continuidade. O quadro mostra avanços e desafios na implementação do ESG.

5. Considerações finais

Este estudo demonstrou que as cooperativas agropecuárias paraibanas têm avançado

significativamente na incorporação das práticas ESG, destacando-se em iniciativas ambientais, sociais e de governança que contribuem para a sustentabilidade e o desenvolvimento rural. Entretanto, persistem desafios importantes que precisam ser enfrentados para consolidar esse modelo.

As cooperativas agropecuárias da Paraíba desempenham um papel vital na economia rural do estado, indo além da simples produção agrícola. As evidências de campo mostram que essas organizações reconhecem o impacto direto de suas ações não apenas ambiental, mas também sobre as comunidades que dependem desses recursos naturais. Como parte dessa conscientização, as cooperativas vêm adotando práticas voltadas à redução dos impactos ambientais de suas atividades, demonstrando um compromisso crescente com a sustentabilidade. Destacam-se, entre as iniciativas ambientais, a rejeição ao uso de insumos nocivos, o incentivo ao manejo sustentável e experiências de reflorestamento, ainda que a mensuração e divulgação dos impactos ambientais permaneçam restritas a uma parcela reduzida das cooperativas.

No âmbito ambiental, a baixa mensuração e divulgação dos impactos presente em apenas 28% das cooperativas limita a avaliação e o fortalecimento dessas práticas. Além disso, a escassez de recursos e de capacitação técnica dificulta a adoção de tecnologias sustentáveis, especialmente nas pequenas cooperativas, pois, a análise de campo evidencia que, apesar do compromisso declarado, a sustentabilidade ambiental ainda depende de maior apoio institucional, investimentos em formação e superação de barreiras burocráticas.

Na dimensão social, os dados reforçam que as cooperativas são agentes de inclusão e desenvolvimento local, promovendo geração de emprego e renda, capacitação técnica e suporte integral aos cooperados. Como também, a valorização do diálogo, da participação comunitária e do apoio à agricultura familiar são marcas desse pilar. No entanto, a comunicação das ações ainda é restrita porque apenas metade das cooperativas utiliza plataformas digitais para divulgação, e a capacitação em temas como diversidade e inovação permanece insuficiente. A participação de mulheres e jovens em espaços decisórios também é baixa, apontando para a necessidade de políticas mais efetivas de inclusão e renovação de lideranças.

Quanto à governança, a pesquisa revelou estruturas democráticas consolidadas, com conselhos eleitos e assembleias regulares, mas também fragilidades na padronização de indicadores ESG, na publicação de relatórios e na comunicação institucional. A limitação dessas práticas compromete a transparência e o controle social, aspectos essenciais para a boa governança cooperativa.

Diante desse cenário, recomenda-se o fortalecimento da mensuração de resultados, a ampliação da comunicação digital, a adoção de métricas padronizadas e o investimento em capacitação contínua dos cooperados e dirigentes. A parceria com políticas públicas estaduais, como o Projeto Cooperar PB, é fundamental para superar limitações estruturais e potencializar o impacto das práticas ESG no setor. Portanto, superar esses desafios é essencial para consolidar o cooperativismo paraibano como modelo sustentável, inovador e socialmente justo, ampliando sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. compromisso real com a sustentabilidade.

Referências

- AGUILERA, R. V.; RUPP, D. E.; WILLIAMS, C. A.; GANAPATHI, J. Putting the S back in corporate social responsibility: a multilevel theory of social change in organizations. **The Academy of Management Review**, v. 32, n. 3, p. 836–863, 2007.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Governança cooperativa: diretrizes para boas práticas de governança em cooperativas de crédito**. Brasília, 2021. Disponível

em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições Loyola, 2016.

BAUMGARTNER, R. J. Managing corporate sustainability and CSR: a conceptual framework combining values, strategies and instruments contributing to sustainable development. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 21, n. 5, p. 258-271, 2014.

BUHLER, P. Governança em Cooperativas Agropecuárias – Uma Revisão de Literatura. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM GESTÃO DE NEGÓCIOS (ENGEMA), 2024, São Paulo. **Anais eletrônicos São Paulo: ENGEMA-USP**. Disponível em: https://engemausp.submissao.com.br/26/anais/resumo.php?cod_trabalho=60. Acesso em: 01 set. 2025.

COSTA, E.; FERREZIN, N. B. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. **Revista Alterjor**, v. 24, n. 2, p. 79-95, 2021.

CRUZ, A. **Introdução ao ESG: meio ambiente, social e governança corporativa**. São Paulo: Scortecci, 2022.

ECCLES, R. G.; KLIMENKO, S. A revolução do investidor, os acionistas estão levando a sustentabilidade a sério. **Harvard Business Review Brasil**, v. 97, p. 50-61, 2019.

GAO, S.; MENG, F.; GU, Z.; LIU, Z.; FARRUKH, M. Mapping and clustering analysis on environmental, social and governance field: a bibliometric analysis using Scopus. **Sustainability**, v. 13, n. 13, p. 7304, 2021.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-agricultura-familiar-e-desenvolvimento-do-semiarido>. Acesso em: 15 mai. 2025.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015

ICA – INTERNATIONAL COOPERATIVE OF AMERICAS. **Guidance notes to the cooperative principles**. Brussels: ICA, 2015.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F. ESG: novo conceito para velhos problemas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 20, n. 4, 2022. DOI: 10.1590/1679-395186096.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica on-line**. Porto Alegre: Penso, 2014.

MAGALHÃES, A. O.; CASTELO, D. da S.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, J. A. M. da; DIAS, V. K. A.; NOGUEIRA, M. L. Benefícios e desafios da implementação de práticas ESG em cooperativas: uma análise no contexto brasileiro. **International Journal of Professional Business Review**, São Paulo (SP), v. 10, n. 1, p. e05283, 2025.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. Declaração Centenária da OIT para o Futuro do Trabalho. **108ª Conferência Internacional do Trabalho**, Genebra, 2019. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/noticias-representacao/oit-reconhece-cooperativas-como-geradores-de-trabalho-decente>. Acesso em: 30 ago. 2024.

OLIVEIRA, P. P. de; SILVA, R. de O. ESG no impacto social das cooperativas. **REVICOOP**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL (OCB). **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. 2023. Brasília. 2024. Disponível em: <https://respostas.sebrae.com.br/sistema-ocb-lanca-o-anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2022/>.

SESCOOP. **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**. Disponível em: <https://share.google/KkJQOO4ElbwMZJwSi>. Acesso em: 05 set. 2024.

SOARES, Samara Sousa Diniz; STENGEL, Márcia. Netnografia e a pesquisa científica na internet. **Psicologia USP**, v. 32, p. e200066, 2021.